

Título

Desempenho dos alunos em Língua Portuguesa - ponto da situação

Editor

Ministério da Educação

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

Autores

Graça Lima, Lina Varela, Maria da Luz Pignatelli, Regina Duarte (Equipa de Português da DGIDC),
Luísa Ucha (Coordenação)

Colaboração

Joana Batalha e Marisa Henriques

Concepção Gráfica

Isabel Espinheira

Lisboa, 4 de Dezembro de 2007

Índice

1. Apresentação	02
2. Dados internacionais sobre literacia e ensino da língua (PISA / OCDE)	03
2.1. Resultados em literacia de leitura – Relatório Internacional PISA 2003	03
2.2. Comparação com os resultados do PISA 2000	04
2.3. Carga horária da disciplina de língua materna	05
3. Dados nacionais sobre o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa	07
3.1. Provas de aferição	07
3.2. Exames nacionais de Língua Portuguesa do 9.º ano	10
3.3. Manuais escolares	11
4. Caracterização da população escolar de Português Língua Não Materna - PLNM	13
4.1. Resultados dos alunos imigrantes nos países da OCDE	13
4.2. Caracterização da população escolar de PLNM no ano de 2006/2007 em Portugal	14
5. Conclusões	16

1

1. Apresentação

O presente documento tem como objectivo reunir informação diversa que possibilite conhecer o desempenho dos alunos em língua portuguesa no ensino básico.

Apresenta-se, em primeiro lugar, o enquadramento internacional em termos de níveis de literacia e de carga horária atribuída ao estudo da disciplina de língua materna, por comparação com os outros países da OCDE. Estes dados são completados com a publicação *Língua de Escolarização: Estudo Comparativo - Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Espanha, França, Finlândia, Inglaterra, Países Baixos e Portugal*.

Considerando a realidade nacional, dá-se a conhecer a leitura de dados relativos às avaliações externas feitas à escala nacional – provas de aferição de 4.º e 6.º anos e exames nacionais de 9.º ano – de forma a observar o desempenho dos alunos nas competências essenciais avaliadas por estas provas: compreensão da leitura, conhecimento explícito da língua e expressão escrita.

Para complementar a análise do desempenho dos alunos, apresentam-se algumas conclusões de estudos sobre manuias escolares.

Dedica-se um capítulo à caracterização dos alunos de PLNM no sistema educativo nacional, completado com as conclusões prévias do *Estudo comparativo – ensino da língua não materna*, a apresentar na sessão.

Como informação adicional e contextualizadora, foi enviado o texto *Towards a Common European Instrument for Language(s) of Education*, um estudo preliminar do Conselho da Europa que discute, presentemente, linhas orientadoras a nível europeu para a construção de currículos de línguas de escolarização, à semelhança do que já existe para as línguas estrangeiras. Partindo das preocupações comuns aos países do espaço europeu, o Conselho da Europa pretende encontrar um documento de convergência com resposta a questões relacionadas com competências, conteúdos, cânone literário, avaliação. Estudos preliminares nestes diferentes domínios estão acessíveis para consulta em www.coe.int/lang. Este assunto será alvo de apresentação pelo especialista do Conselho da Europa, Professor Myke Byram.

Questões relacionadas com a formação inicial e contínua dos docentes, com a revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário e com os novos documentos programáticos em elaboração para a língua materna e não materna serão alvo de apresentação e discussão, conforme programa.

2

2. Dados internacionais sobre literacia e ensino da língua (PISA/OCDE)

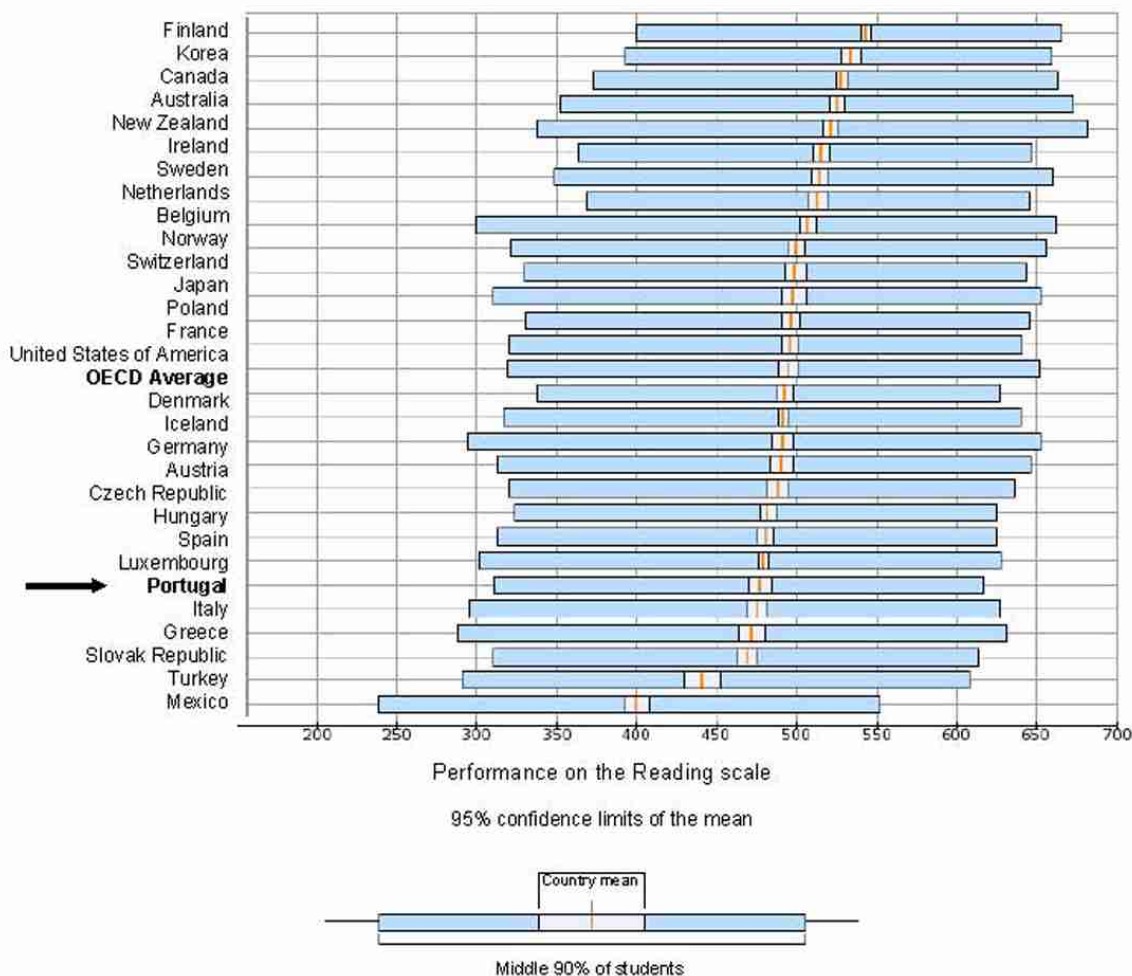
2.1. Resultados em literacia de leitura – Relatório Internacional PISA 2003

O PISA (Project for International Student Assessment) foi lançado em 1997 pela OCDE no sentido de monitorizar os resultados dos sistemas educativos de um conjunto de países em termos de desempenho dos alunos no final da escolaridade obrigatória.

Os resultados em literacia de leitura – definida no estudo do PISA como “a capacidade de cada indivíduo compreender, usar textos escritos e reflectir sobre eles, de modo a atingir os seus objectivos, a desenvolver os seus próprios conhecimentos e potencialidades e a participar activamente na sociedade” – são os que mais interesse revelam para a reflexão sobre o ensino da língua portuguesa.

Apresenta-se de seguida um gráfico com o desempenho médio dos alunos no domínio da literacia em leitura, na aplicação do PISA 2003. Portugal apresenta um desempenho médio de 478 pontos, enquanto a média da OCDE se situa nos 494 pontos. Os países com melhor desempenho são a Finlândia, a Coreia e o Canadá, com valores situados entre os 543 e os 527 pontos.

Figura 1. Desempenho médio em literacia de leitura nos países da OCDE.



Fonte: PISA 2003 (database)

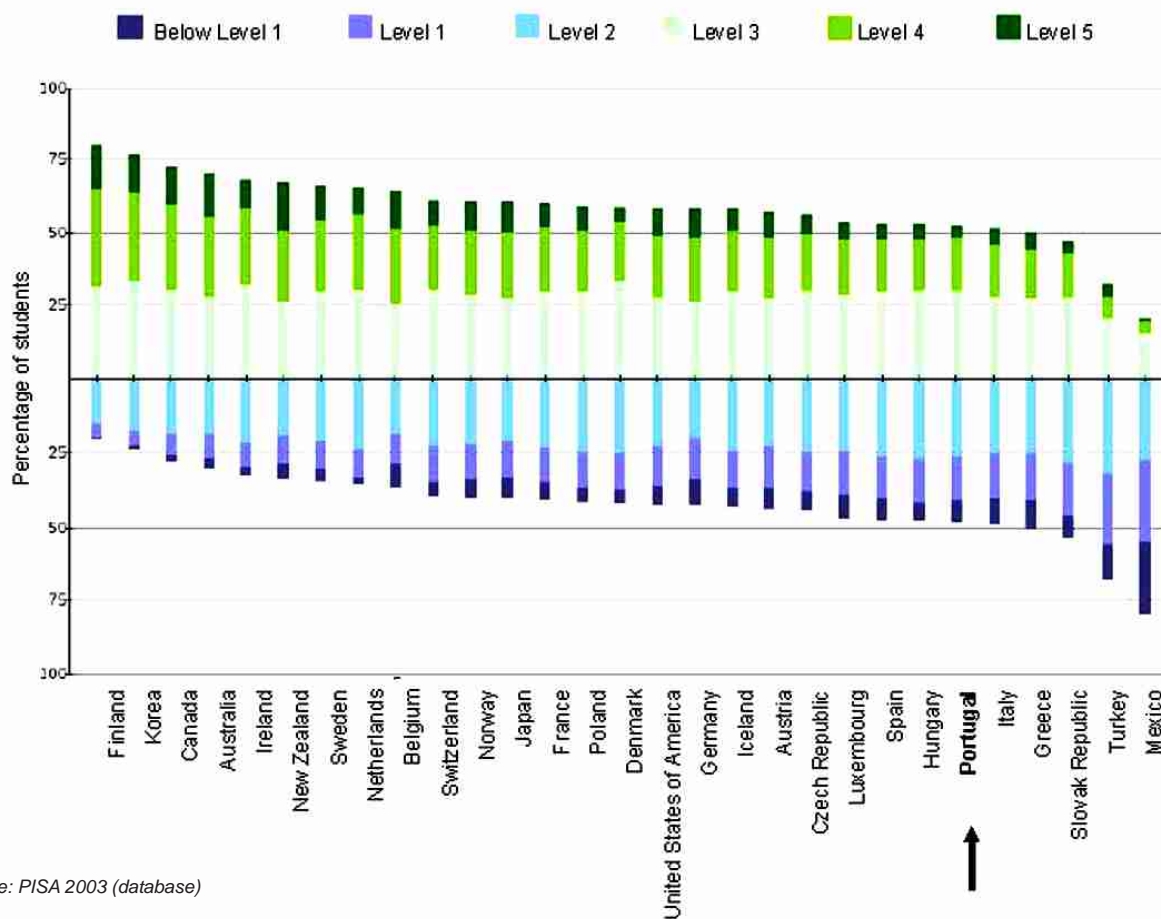
Figura 2. Desempenho médio dos alunos portugueses em literacia de leitura face à média da OCDE – percentagem por nível de proficiência em leitura.

	Inferior a 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Portugal	8	14	26	30	18	4
Média da OCDE	7	12	23	29	21	8

Fonte: PISA 2003 (database)

O desempenho dos alunos portugueses, face à média da OCDE, é pior nos níveis inferiores (inferior a 1, 1 e 2), mas superior no nível intermédio (3), em que se aproxima de países como a Espanha, o Canadá, a Noruega, a Suíça ou a Suécia tal como se pode verificar no gráfico seguinte (Figura 3).

Figura 3. Desempenho médio em literacia de leitura nos países da OCDE – percentagem por nível de proficiência.

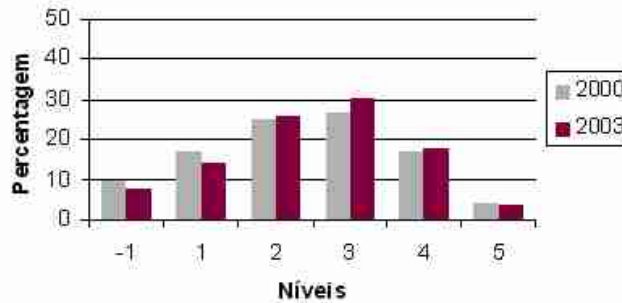


Fonte: PISA 2003 (database)

2.2. Comparação com os resultados do PISA 2000

Pela comparação dos resultados de Portugal em 2000 e 2003, constata-se que os alunos portugueses continuam abaixo da média da OCDE, embora se tenham registado ligeiras melhorias no intervalo que mediou a primeira e a segunda aplicação do PISA, nomeadamente um decréscimo da percentagem de alunos nos níveis inferior e igual a 1 e um aumento da percentagem de alunos nos níveis 3 e 4.

Figura 4. Desempenho médio dos alunos portugueses em literacia de leitura – percentagem por nível de proficiência em 2000 e 2003.



Fonte: Resultados do Estudo Internacional PISA 2000 (GAVE) e PISA 2003 (database)

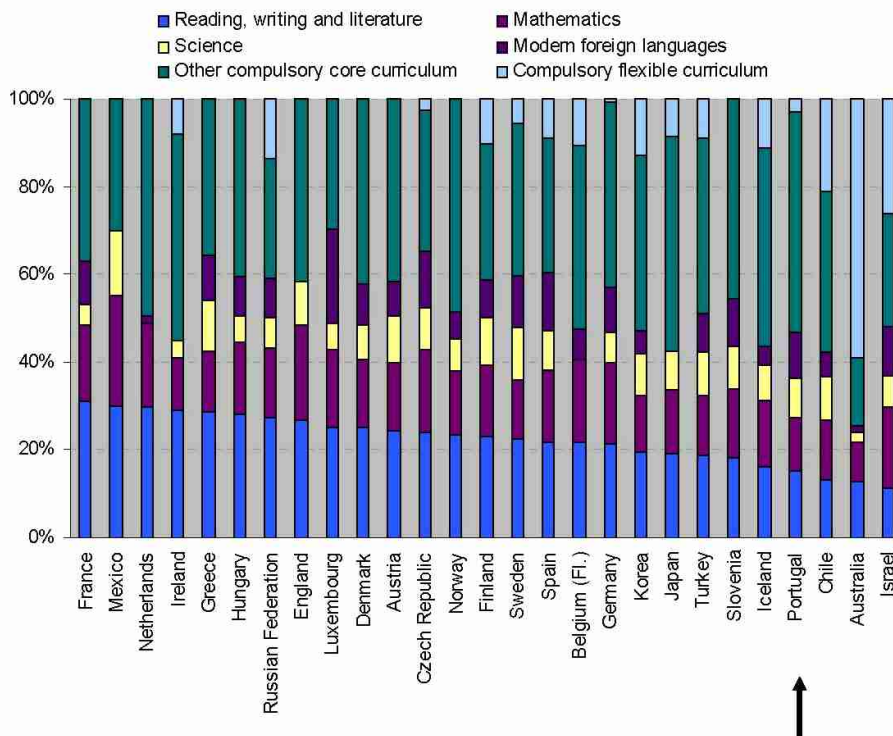
2.3. Carga horária da disciplina de língua materna

Nas figuras 5 e 6, apresenta-se a percentagem da carga horária atribuída às componentes da leitura, escrita e literatura nos currículos dos países que integraram o estudo da OCDE. Pode observar-se que as várias componentes da língua materna representam, para os 9-11 anos, entre 11 e 31% da totalidade de horas do currículo e, para os 12-14 anos, entre 9 e 28%.

De notar ainda que, à medida que a idade dos alunos avança, a carga horária desta(s) disciplina(s) diminui. De facto, na figura 5, apenas 9 dos países em estudo dedicam menos de 20% do horário curricular à leitura, escrita e literatura, enquanto, na figura 6, apenas 4 países têm uma percentagem superior a 20%.

Na figura 7, seleccionados os países de *Língua de Escolarização: Estudo comparativo* e do *Estudo comparativo - ensino da língua não materna*, verifica-se que Portugal é dos países que menos tempo dedica ao ensino da língua materna.

Figura 5. Percentagem do tempo de instrução por área curricular face ao total de horas do currículo obrigatório em idades dos 9 aos 11 anos (2005).



Fonte: OCDE 2007 – Education at a Glance

Figura 6. Percentagem do tempo de instrução por área curricular face ao total de horas do currículo obrigatório em idades dos 12 aos 14 anos (2005).

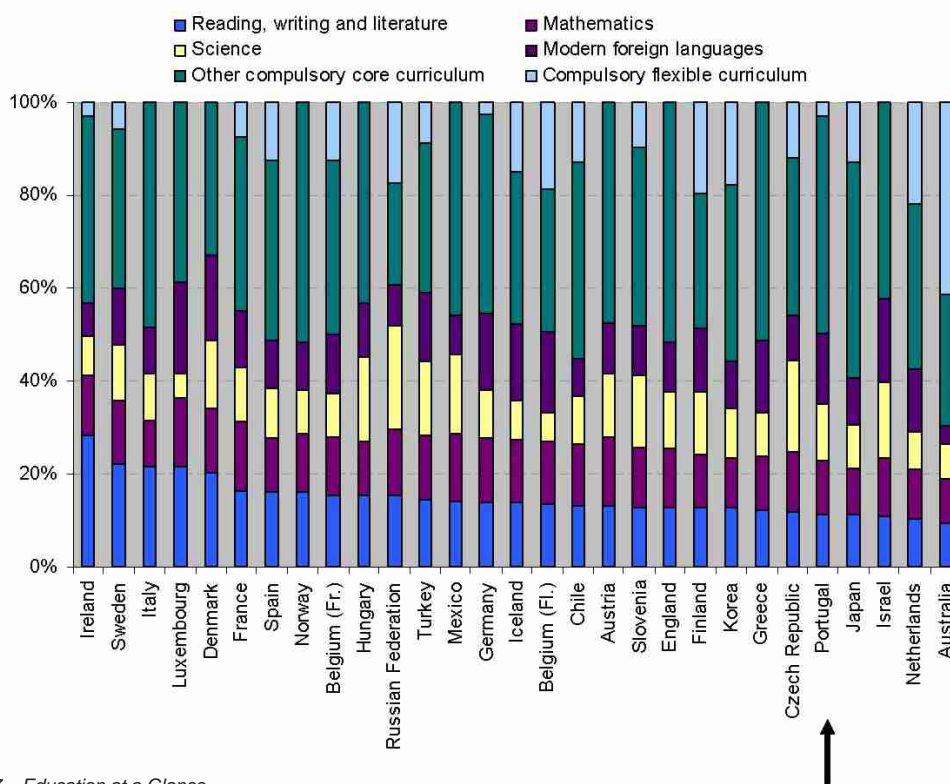


Figura 7. Percentagem do tempo de instrução da leitura, escrita e literatura face ao total de horas do currículo obrigatório (2005).

Países	Percentagem de tempo concedido à leitura, escrita e literatura nos currículos	
	9-11 anos	12-14 anos
Austrália	13	9
Dinamarca	25	20
Inglaterra	27	13
França	31	17
Alemanha	21	14
Luxemburgo	25	22
Holanda	30	10
Portugal	15	11
Espanha	22	16
Suécia	22	22
Média da OCDE	23	15

Fonte: OCDE 2007 – Education at a Glance

3

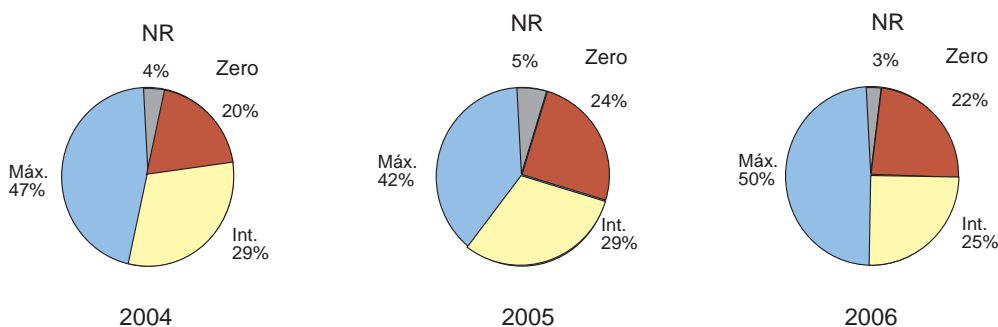
3. Dados nacionais sobre o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa

3.1. Provas de aferição

4.º ano

A leitura do desempenho global dos alunos de 4.º ano nas provas de aferição entre 2004 e 2006 permite verificar que se consegue atingir um nível suficiente, com valores no código máximo a oscilar entre os 42 e os 50%. Todavia, a percentagem de não respostas e de respostas cotadas com zero chega a atingir os 29%, em 2005.

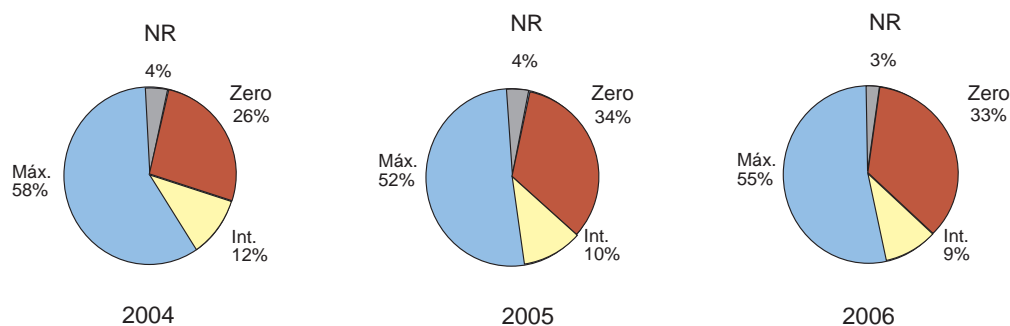
Figura 8. Resultados globais das provas de aferição de 4.º ano



Fonte: GAVE

Procedendo à análise dos resultados por competência das provas de aferição de 2004, 2005 e de 2006, no que se refere à **compreensão da leitura**, conclui-se que não há diferenças significativas entre os três anos. Muito embora mais de 50% das respostas se situe no código máximo, a percentagem de respostas com zero (entre 26 e 34%) é expressiva, ainda mais se somada à dos alunos que não responderam. O ano de 2004 fica assinalado pelos melhores resultados ao nível do código máximo.

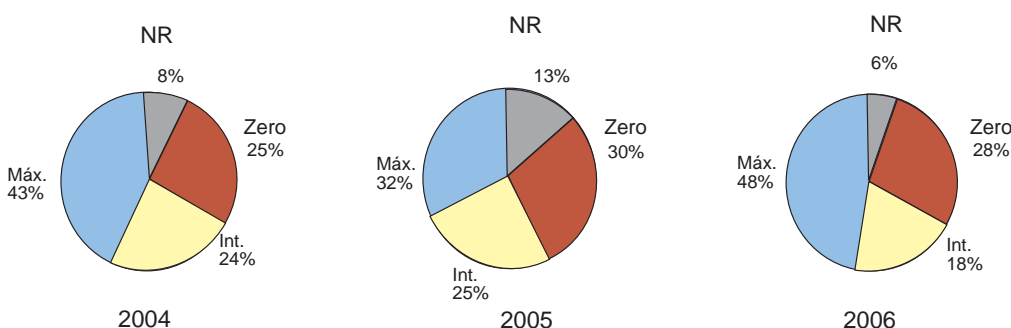
Figura 9. Resultados da competência de Compreensão de Leitura – 4.º ano



Fonte: GAVE

Em 2004 e 2006, os resultados no domínio do **conhecimento explícito da língua** (Figura 10) são sensivelmente melhores que os de 2005 relativamente ao número de respostas no código máximo. Em 2006, diminui o número de não respostas, embora a percentagem de respostas cotadas com 0 seja inferior em 2004.

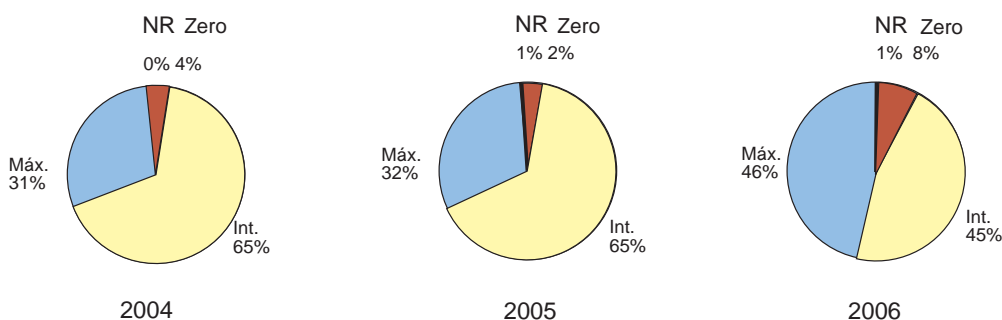
Figura 10. Resultados da competência de Conhecimento Explícito da Língua – 4.º ano



Fonte: GAVE

A competência de **expressão escrita** (Figura 11) é a que apresenta valores intermédios mais significativos, que, convém não esquecer, compreendem um nível intermédio positivo e um nível intermédio negativo. Provavelmente, esta oscilação é influenciada pelo facto de cada parâmetro ser cotado entre 0 e 4. É de salientar em 2006 o aumento de respostas no valor máximo, bem como um maior número de respostas cotadas com 0. Em 2004, o desempenho dos alunos é muito próximo do de 2005, embora a percentagem de não respostas seja nula.

Figura 11. Resultados da competência de Expressão Escrita – 4.º ano



Fonte: GAVE

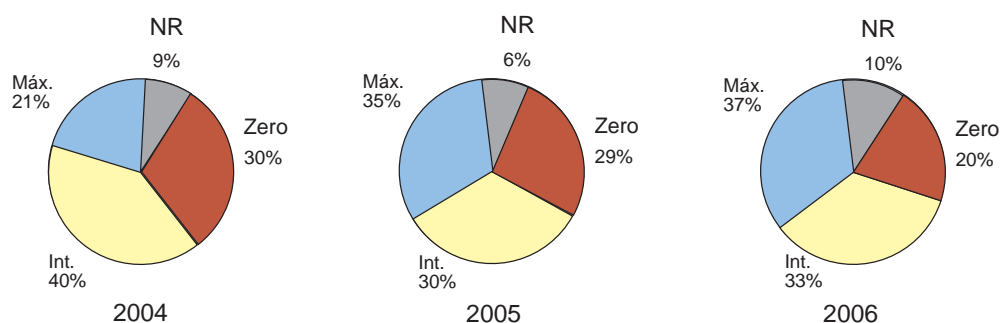
A título conclusivo, e face aos dados apresentados, pode constatar-se que:

- A competência em que os alunos evidenciam melhores resultados é a de **compreensão da leitura**;
- Ainda no que se refere à **compreensão da leitura**, é interessante verificar que a maior incidência de respostas classificadas com o nível máximo se verifica quando se trata de texto literário narrativo;
- Na aferição do **conhecimento explícito da língua**, competência em que se verificam os piores resultados, é de destacar a grande dificuldade apresentada pelos alunos na identificação dos graus dos adjectivos, na conjugação verbal, quando se trata de empregar o tempo e modo verbais adequados ao contexto e na ortografia, verificando-se os melhores resultados no conhecimento das classes de palavras;
- A **expressão escrita** apresenta resultados suficientes, revelando os alunos capacidade para construir textos adequados à situação comunicativa e aceitavelmente estruturados.

6.º ano

A leitura do desempenho global dos alunos de 6.º ano nas provas de aferição entre 2004 e 2006 permite verificar que se consegue atingir um nível pouco satisfatório, com valores no código máximo a oscilar entre os 21 e os 37%. De salientar, ainda, a percentagem de não respostas - entre 6 e 10%. 2004 é o ano em que se verificam resultados mais modestos.

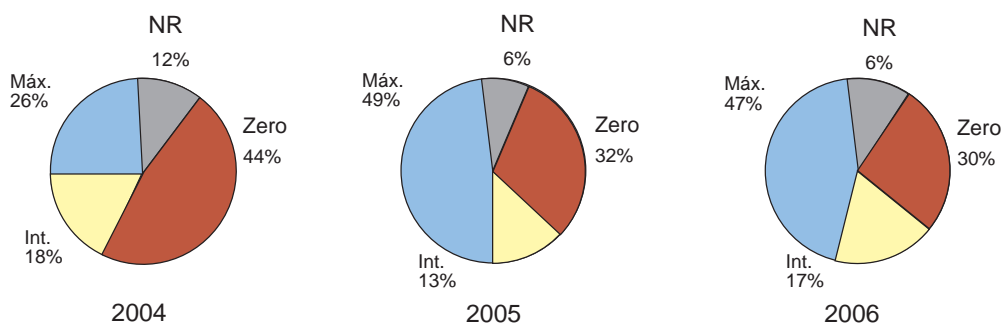
Figura 12. Resultados globais das provas de aferição de 6.º ano



Fonte: GAVE

Através da análise dos dados da prova de aferição de 6.º ano, constata-se que as respostas relativas à **compreensão da leitura** (Figura 13) oscilam, no nível máximo, entre os 26 e os 49%, sendo a percentagem de respostas cotadas com zero significativa, sobretudo no ano de 2004. Note-se que este é o ano em que se regista um expressivo número de respostas cotadas com 0 - 44%.

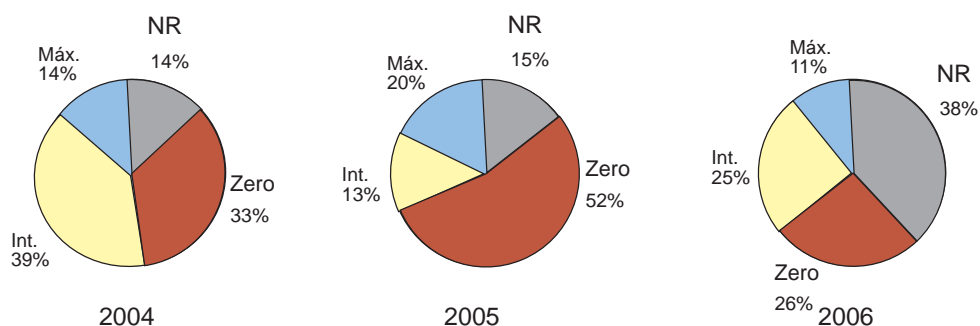
Figura 13. Resultados da competência de Compreensão de Leitura – 6.º ano



Fonte: GAVE

No que diz respeito ao **conhecimento explícito da língua** (Figura 14), os resultados dos alunos são insatisfatórios nos três anos. Enquanto em 2005 a percentagem de respostas cotadas com 0 ascende aos 52% e o número de não respostas fica pelos 15%, em 2006 desce o número de respostas cotadas com 0 (26%), mas aumenta significativamente o número de não respostas (38%). Também 2004 apresenta resultados bastante insatisfatórios: 47% de não respostas e de respostas cotadas com zero.

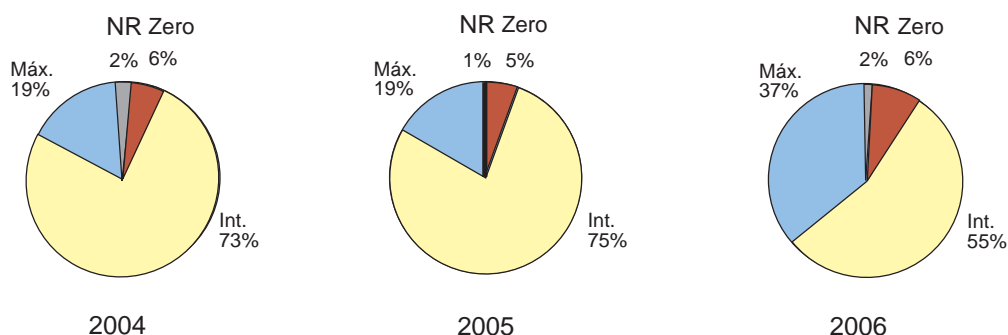
Figura 14. Resultados da competência de Conhecimento Explícito da Língua – 6.º ano



Fonte: GAVE

À semelhança do que já se registara no 4.º ano, os valores intermédios são os preponderantes na competência da **expressão escrita** (Figura 15). Entre 2004 e 2005, não se detectam globalmente diferenças significativas. Contudo, em 2006, verifica-se uma subida expressiva da percentagem de respostas no código máximo (37%), o que talvez explique a descida de respostas nos níveis intermédios.

Figura 15. Resultados da Competência de Expressão Escrita – 6.º ano



Fonte: GAVE

A título conclusivo, e face aos dados apresentados, pode dizer-se que:

- A competência em que os alunos evidenciam melhores resultados é a de **compreensão da leitura**;
- Ainda no que se refere à **compreensão da leitura**, é interessante verificar que a maior incidência de respostas classificadas com o nível máximo se verifica quando se trata de texto literário narrativo;
- No que se refere ao **conhecimento explícito da língua**, competência em que se verificam os piores resultados, é de destacar a grande dificuldade apresentada pelos alunos em identificar constituintes da frase e suas funções sintáticas;
- A **expressão escrita** apresenta resultados suficientes, com um domínio razoável dos mecanismos básicos de construção de texto.

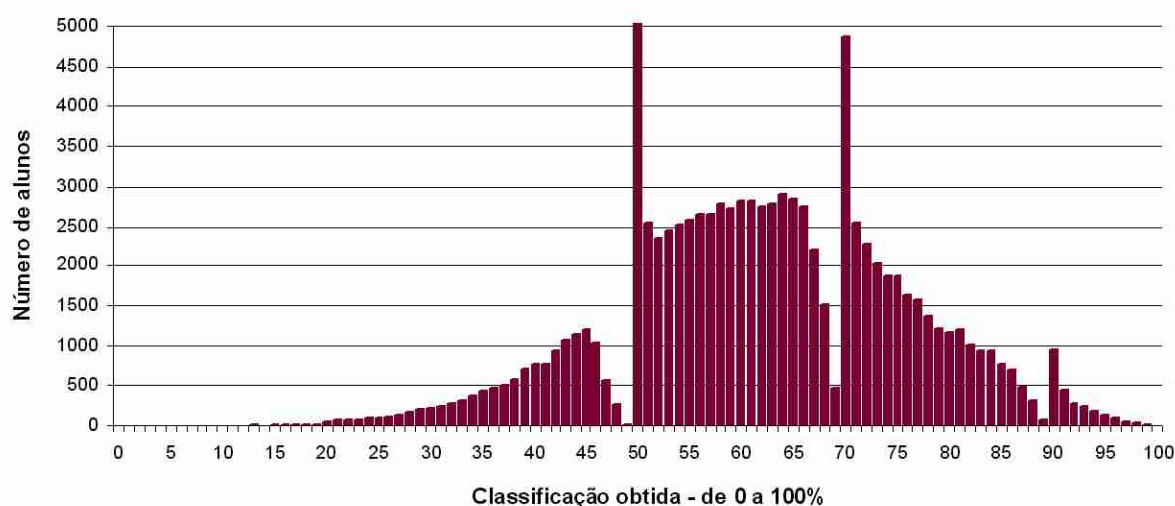
9.º ano

3.2. Exames nacionais de Língua Portuguesa do 9.º ano

Conclusões do relatório de 2007

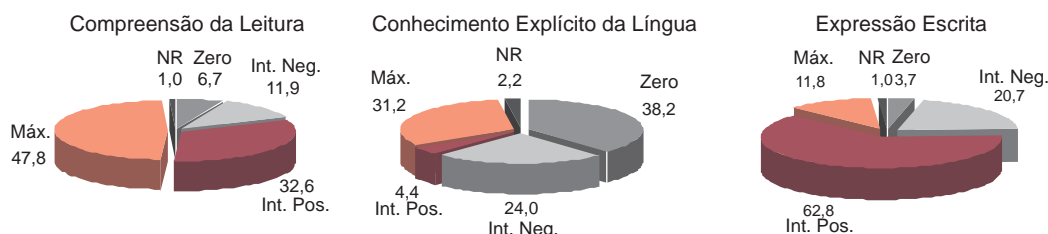
- A prova de exame em 2007 foi aplicada na 1.ª chamada a um total de 96 704 alunos.
- A média nacional, no que se refere à Língua Portuguesa, é de 62%. O nível atingido é suficiente, ainda que não chegue a um desejável nível de proficiência superior.
- A distribuição de classificações (Figura 16) permite destacar um maior número de provas com resultados nos 50% e nos 70%. É neste intervalo que se situa também a maioria das provas.
- A maioria dos alunos obteve em exame resultados conformes aos da classificação interna, ou seja, não se verificou grande disparidade entre o nível de frequência e o nível de exame.
- A análise dos resultados obtidos por idade dos alunos permite constatar que, à medida que a idade dos alunos aumenta, desce a classificação obtida no exame.

Figura 16. Distribuição de classificações da prova



Fonte: JNE

Figura 17. Resultados obtidos em exame nas competências essenciais



Fonte: JNE

- Os resultados evidenciam maior facilidade dos alunos nas competências de **compreensão da leitura**, seguida pela **expressão escrita**. A competência que apresenta piores resultados globais é o **conhecimento explícito da língua**. Os alunos obtêm melhores resultados no Grupo I, que solicita a mobilização da capacidade de extrair significado do material lido com precisão e eficiência. Neste grupo, a subcompetência mais testada é a realização de inferências e a que apresenta melhores resultados é a de compreensão de informação explícita no texto.
- Os resultados satisfatórios na estruturação e uso de regras da língua em situações de produção textual configuram uma aparente contradição com os resultados obtidos na avaliação do **conhecimento explícito da língua**, testado geralmente de forma descontextualizada. Pelos resultados negativos obtidos no Grupo II não se poderá concluir que os alunos não conhecem as estruturas da língua em uso, uma vez que, quando avaliadas em situação de produção, como é o caso do Grupo III, conseguem níveis intermédios suficientes. Pode concluir-se, no entanto, que os alunos não possuem um conhecimento reflexivo e metalinguístico desejável sobre a língua, através do qual o seu desempenho poderia ser superior.

Figura 18. Comparação dos resultados das provas de exame de 2005 a 2007.

	2005	2006	2007
Nº de provas (1ª chamada)	81 879	92 961	96 704
Média	59%	49%	62%
	3.0	2.6	3.2

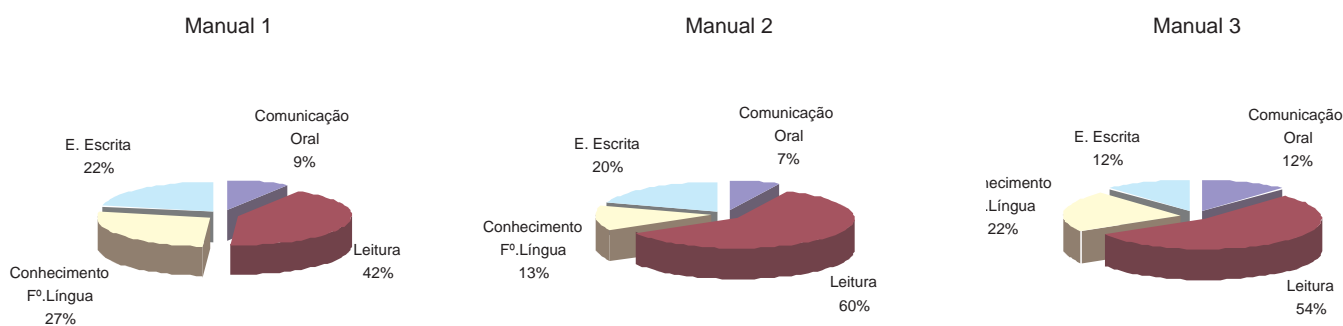
Fonte: GAVE

- Conforme se observa na figura 18, o número total de alunos que realiza exame tem vindo a aumentar.
- A média obtida em 2007 foi ligeiramente superior à de 2005 e significativamente mais elevada do que a média obtida em 2006. Os resultados apontam, portanto, para uma melhoria do desempenho dos alunos, embora estes resultados devam ser entendidos tendo em conta a prova de exame, que difere, em cada ano, nas subcompetências e conteúdos avaliados.

3.3. Manuais escolares

3.3.1. Manuais de língua portuguesa do 9.º ano (2004/2005)

Figura 19. Análise dos três manuais de Língua Portuguesa mais adoptados no 9.º de escolaridade em 2004/2005.



Fonte: Relatório-síntese sobre os manuais de língua portuguesa do 9.º ano

Com o estudo “Relatório-síntese sobre os manuais de língua portuguesa do 9.º ano”, documento interno à DGIDC realizado por Maria da Assunção Cabral e Filomena Viegas, procurou indagar-se se os manuais em análise estavam de acordo com os documentos orientadores (o Programa de Língua Portuguesa e o Currículo Nacional do Ensino Básico) e se, porventura, se patenteavam desvios.

Da leitura da figura 19, regista-se:

- Uma clara predominância de propostas de tratamento didáctico do conteúdo nuclear Leitura, superando significativamente os 25% sugeridos pelo Programa. O manual 2 (M2) atinge os 60%;
- Uma desvalorização das competências de Compreensão do Oral e Expressão Oral (Comunicação Oral, no texto do Programa);
- Uma redução significativa de propostas de tratamento da Expressão Escrita em M3;
- Uma redução significativa de propostas de tratamento didáctico do Conhecimento Explícito da Língua (Funcionamento da Língua - Análise e Reflexão, no texto do Programa) em M2.

Tendo como dado adquirido que os manuais constituem o eixo a partir do qual as aulas funcionam, entende-se que eles não podem tornar-se o único recurso a adoptar. O estatuto de recurso educativo não significa que o manual, apesar do número avassalador de materiais e conteúdos disponibilizados, deva ser o único instrumento utilizado para desenvolver as competências específicas e transversais da Língua Portuguesa no ensino básico.

Pela análise destes três manuais conclui-se que há omissões, desequilíbrios e que prevalece como orientação metodológica o envolvimento dos alunos em práticas estruturadas e reguladas, sob o domínio da Leitura Orientada e das tipologias textuais, que mobiliza conhecimentos pouco dinâmicos e a prática exaustiva de análise.

3.3.2. Manuais de Língua Portuguesa do 7.º ano (2006/2007)

No artigo de Olívia Figueiredo “Formar ou reciclar? Implementação da TLEBS”, analisam-se seis manuais de língua portuguesa do 7.º ano.

Tomando como estratégia editorial a indicação “De acordo com a nova terminologia linguística” ou “Integra as alterações introduzidas pela TLEBS”, os manuais escondem por vezes alguns equívocos terminológicos, para os quais a autora alerta.

Algumas conclusões:

- Estes manuais não estão concebidos para o desenvolvimento das competências representativas e comunicativas do aluno e muito menos a TLEBS aparece aí estruturada no caminho da mudança;
- Os textos literários apresentam-se como pretextos para o ensino da gramática, de forma atomística e descontextualizada, propondo actividades de oral e de escrita pouco profícuas;
- A estruturação dos manuais está mal concebida, demasiado compartimentada e artificial, esquecendo-se da lógica por competências. Não se procura integrar em cada um destes domínios os itens linguísticos e gramaticais fundamentais que fazem parte da TLEBS e que são esclarecedores para um bom domínio da língua como processo;
- As respostas dos alunos são pré-determinadas, uma vez que os manuais já fornecem o horizonte de resposta esperado;
- Todos os manuais analisados pecam pela perspectivação da gramática como um fim em si mesmo e não como um meio para o aluno comunicar, oralmente e por escrito, de forma correcta mas também eficaz;
- Em suma, os manuais veiculam um ensino tradicional onde a língua se perspectiva como produto e não como processo, que não se ajusta nem às necessidades do aluno nem ao espírito da TLEBS. O professor deve libertar-se do carácter normativo deste recurso educativo e investir em práticas de ensino e aprendizagem dinâmicas.

Sobre manuais escolares e sobre o seu papel na aula de língua portuguesa, podem consultar-se ainda os trabalhos de fundo de Maria de Lourdes Dionísio, Rui Vieira de Castro e Rafael Tormenta.

4

4. Caracterização da população escolar de Português Língua Não Materna - PLNM

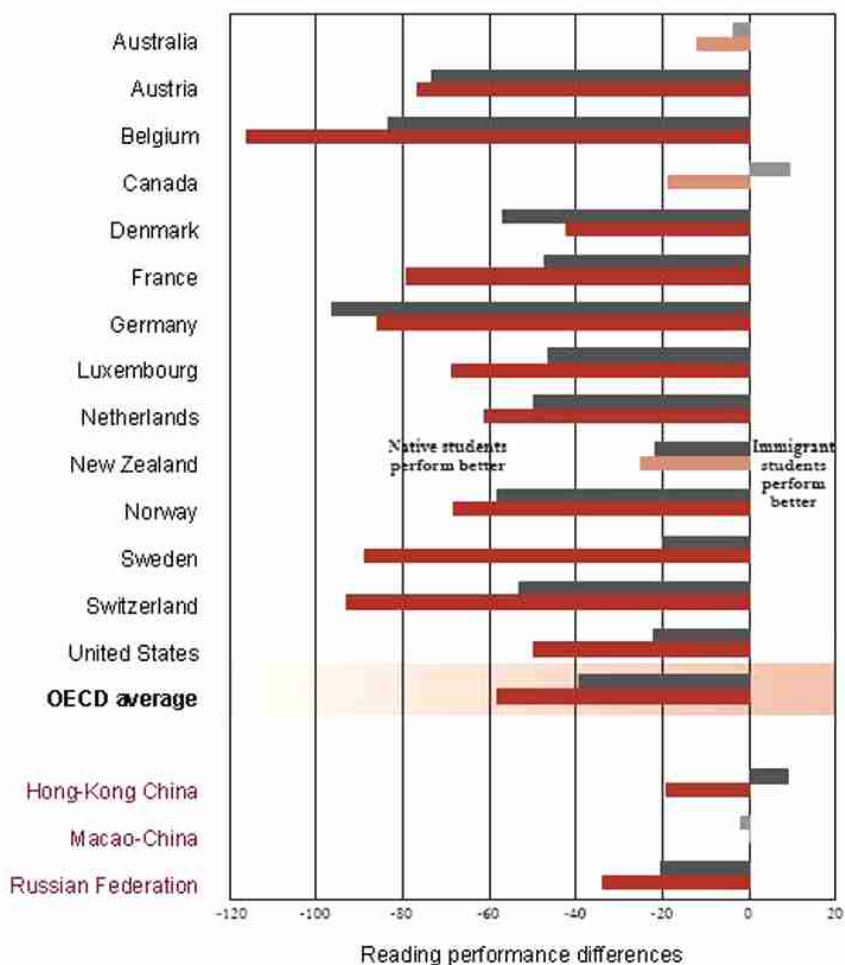
4.1. Resultados dos alunos imigrantes nos países da OCDE

A OCDE procedeu à análise dos resultados de 17 países dos que participaram no PISA 2003, com forte presença de população estudiantil imigrante, partindo do pressuposto que a integração com sucesso dos alunos imigrantes nos sistemas educativos é uma preocupação actual dos países no mundo inteiro (*Where immigrant students succeed – A comparative review of performance and engagement in PISA 2003*, OCDE, 2006). Este estudo parte dos resultados dos alunos em literacia da leitura, matemática e ciências.

Conforme se poderá observar pela figura 20, em muitos dos países do estudo da OCDE, com base nos resultados do PISA, o desempenho dos alunos nativos não difere substancialmente do dos alunos imigrantes. Estes resultados, que perspectivam a possibilidade de uma real igualdade de oportunidades possibilitada pela escola, verificam-se sobretudo em países onde as medidas de integração dos alunos estrangeiros estão alicerçadas na imersão linguística dos alunos, com um apoio sistemático e de significativo número de horas semanal na língua do país de acolhimento. Para os anos de escolaridade mais avançados é frequente a oferta de uma preparação intensiva. Os três países com melhores resultados da população imigrante são a Austrália, o Canadá e a Suécia.

Figura 20. Diferença entre o desempenho na leitura dos alunos imigrantes e dos alunos nativos

- Differences in reading performance between native students and second-generation students
- Differences in reading performance between native students and first-generation students



Nota: Diferenças significativas do ponto de vista estatístico estão assinaladas com os tons mais escuros.
Fonte: PISA 2003 (database)

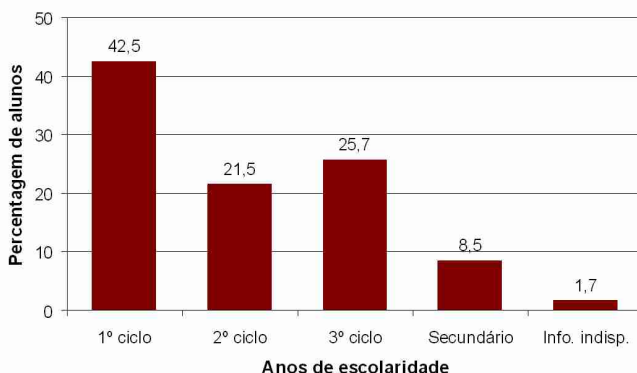
4.2. Caracterização da população escolar de PLNM no ano de 2006/2007 em Portugal

Em Portugal, é crescente o número de alunos que tem vindo a integrar o sistema educativo nacional, com grande diversificação dos países de origem.

Os dados recolhidos no ano lectivo 2006/2007 apresentam, em traços gerais, as principais características da população escolar de alunos de PLNM.

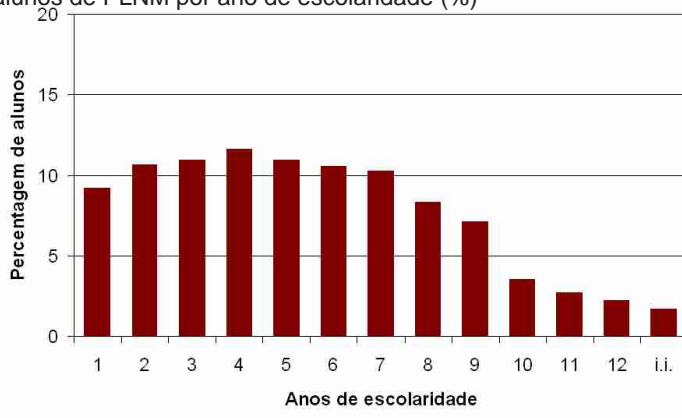
Na figura 21 é notório um maior índice de alunos no 1.º ciclo, embora se registe uma percentagem bastante significativa nos 2.º e 3.º ciclos. No ensino secundário encontram-se apenas 8.5% de alunos, o que talvez possa ser explicado pelo facto de a maior parte dos alunos frequentar apenas a escolaridade obrigatória. A maior concentração de alunos encontra-se entre o 2.º e o 7.º anos, com mais de 10% de alunos por ano de escolaridade, como se poderá constatar pela leitura da figura 22. Apenas 8% dos alunos tomam parte do universo de alunos do ensino secundário (Figura 23).

Figura 21. Distribuição dos alunos de PLNM pelos vários ciclos de ensino



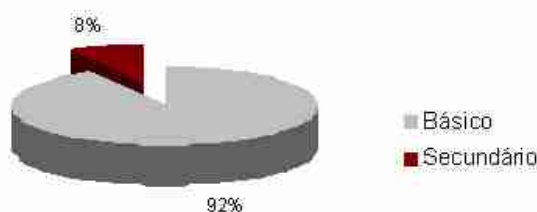
Fonte: Dados recolhidos junto das Direcções Regionais de Educação

Figura 22. Distribuição dos alunos de PLNM por ano de escolaridade (%)



Fonte: Dados recolhidos junto das Direcções Regionais de Educação

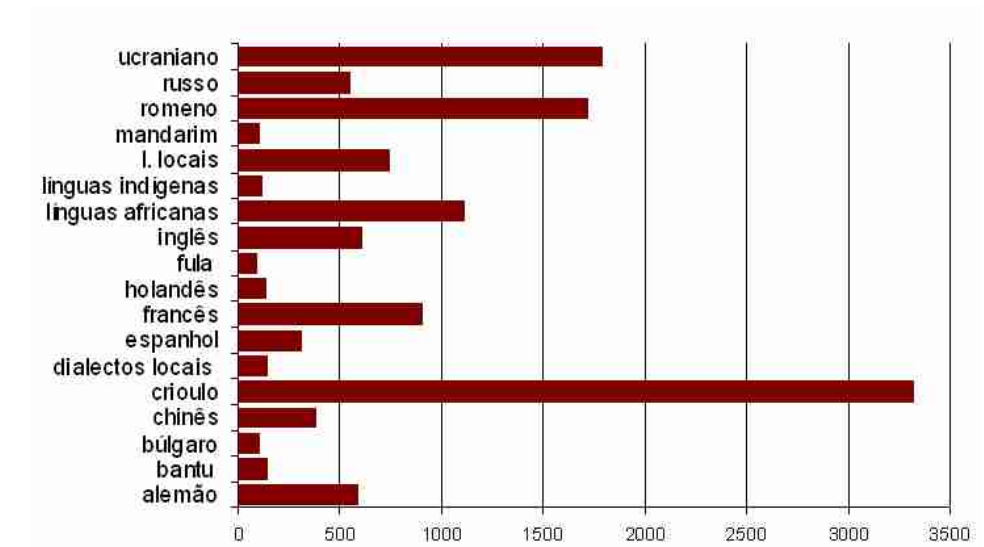
Figura 23. Distribuição dos alunos de PLNM pelos Ensinos Básico e Secundário (%)



Fonte: Dados recolhidos junto das Direcções Regionais de Educação

Relativamente às línguas maternas dos alunos imigrantes, nota-se uma clara preponderância do crioulo (3321 alunos), do romeno (1726 alunos), do ucraniano (1792 alunos) e das línguas africanas (1117 alunos). Merecem ainda destaque línguas como o alemão, o russo, o inglês e o francês.

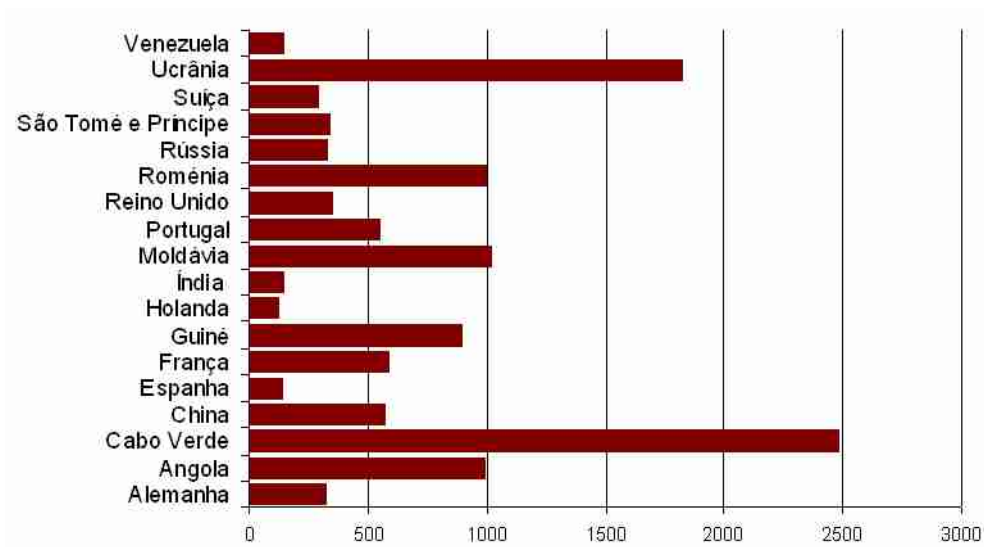
Figura 24. Principais línguas maternas dos alunos de PLNM



Fonte: Dados recolhidos junto das Direções Regionais de Educação

Constata-se que grande parte dos alunos de PLNM provém da Europa de Leste (Ucrânia, Roménia e Moldávia), de África (Cabo Verde, Angola e Guiné) e da China. Verifica-se pois uma quase coincidência entre as línguas mais faladas e os países de origem dos alunos, apesar de este aspecto não ser linear, porque há muitos alunos que apresentam Portugal como país de origem, mas cuja língua materna é o bantu, o chinês, o francês, entre outras.

Figura 25. Principais países de origem dos alunos de PLNM



Fonte: Dados recolhidos junto das Direções Regionais de Educação

5

5. Conclusões

Na globalidade, os resultados evidenciam um desempenho mediano, quando será desejável atingir um nível de proficiência superior em língua portuguesa, tanto mais que é esta a língua de estruturação do pensamento e do conhecimento, de relação do indivíduo com o mundo e condição ao exercício pleno da cidadania.

O desempenho médio dos alunos no final de cada ciclo do ensino básico situa-se em níveis intermédios, conclusão esta que se pode tirar também da análise dos resultados de Portugal em estudos internacionais. É o caso do PISA 2003, em que o número de alunos no nível 3 é maior em Portugal do que na média da OCDE.

O desempenho de Portugal em estudos internacionais deve ser analisado também à luz da carga horária atribuída ao estudo da língua, comparativamente com outros países.

Das competências essenciais avaliadas, aquela em que os alunos revelam maiores dificuldades é o conhecimento explícito da língua, como se pode verificar pelos dados das provas de aferição e do exame nacional do 9.º ano.

Na competência de compreensão da leitura, os alunos evidenciam maior dificuldade na compreensão inferencial. Os melhores resultados registam-se na leitura orientada do texto narrativo, o que é amplamente treinado em contexto de sala de aula, se atentarmos às conclusões da análise dos manuais mais adoptados no 9.º ano.

É ainda de salientar a diferença significativa de resultados do 4.º para o 6.º ano, com a prestação dos alunos a baixar significativamente.

O Ministério da Educação tem vindo a lançar medidas que visam a melhoria dos níveis de proficiência dos alunos, através de:

- . elaboração de documentos orientadores sustentados e coerentes entre diferentes ciclos de ensino;
- . formação contínua de elevada qualidade, com divulgação de materiais e de recursos de apoio aos professores, para a alteração das práticas docentes;
- . a dotação das escolas com instrumentos legais que permitam uma intervenção ajustada ao seu contexto e necessidades, como sejam:

1. Estudos preliminares (estudos comparativos, análise de dados, relatórios)
2. Conferência Internacional sobre o Ensino do Português (Maio de 2007)
3. Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário
4. Programa Nacional de Ensino do Português (PNEP) – 1.º ciclo do ensino básico
5. Plano Nacional de Leitura (PNL)
6. Projecto de investigação - acção “Investigação e Ensino da Língua Portuguesa”
7. Revisão dos Programas de Língua Portuguesa do Ensino Básico
8. Referencial de competências de PLNM (ensino básico e secundário)
9. PLNM enquanto equivalente à disciplina de Língua Portuguesa/Português, com posicionamento dos alunos em grupos de nível
10. Certificação de manuais escolares de Língua Portuguesa e de Português
11. Bolsa para financiamento de projectos de escolas – PLNM
12. Consulta alargada periódica aos especialistas das Instituições de Ensino Superior e aos professores no terreno para discussão de documentos orientadores.